

A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais

The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA
niltoncte@hotmail.com

Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8507-9958>

CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA
gcortes@uesb.edu.br

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (2015)
Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192>

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso digital;
Memória e acontecimento discursivo;
Sujeito mulher policial;
Discurso machista.

RESUMO: Neste estudo, objetivamos investigar a emergência do sujeito mulher nas carreiras policiais e da Marinha do Brasil como acontecimento discursivo e os efeitos dessa trama nas redes midiáticas digitais. Para tanto, ancoramo-nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) de perspectiva pecheuxtiana. Para os movimentos analíticos, construímos o *corpus* discursivo, com três sequências discursivas (SD), a partir de um arquivo de materialidades digitais, sendo uma coletada da rede social *Facebook*, uma no *site* Defesa em Foco e a outra no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A coleta dos dados se deu pela captura de tela usando o aplicativo *Light-shot*. Os resultados mostram que, embora ainda funcione atravessamentos discursivos da ideologia machista, sob o jogo de forças da memória, a emergência do sujeito mulher policial, no Brasil, configura-se como um acontecimento discursivo, já que instaura a perturbação e a desregularização da memória do discurso machista e militar, posto que a mulher policial passa a ocupar um espaço antes reservado somente a homens. Além disso, ao ocupar o espaço das redes sociais e digitais, a mulher policial ganha visibilidade com uma posição-sujeito de resistência ao discurso machista.

KEY-WORDS:
Digital Discourse;
Memory and Discursive Event;
Woman Police Subject;
Sexist Discourse.

ABSTRACT: This study aims to investigate the emergence of women in police careers and the Brazilian Navy as a discursive event and the effects of this dynamic in digital media networks. For this, we are anchored in the theoretical assumptions of Discourse Analysis (DA) from a Pêcheux perspective. For the analytical movements, we constructed a discursive corpus with three discursive sequences (DS) from a digital materialities archive: one collected from the social network Face-

book, one from the website Defesa em Foco, and another from the São Paulo State Legislative Assembly website. Data collection was performed using the Lightshot screenshot application. The results show that although machismo ideological discourses still intersect, under the play of memory forces, the emergence of women in police roles in Brazil is configured as a discursive event. This is because it instigates disruption and deregulation of the machismo and military discourse memory, as women police officers begin to occupy a space previously reserved only for men. Furthermore, by occupying the space of social and digital networks, women police officers gain visibility with a subject-position of resistance to machismo discourse.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o sujeito mulher – como também o seu lugar social – foi afetado pelo imaginário feminino de “sexo frágil”, processo que produziu efeitos de (de)limitação do espaço da mulher, impondo também restrições às suas atividades profissionais. Assim, o discurso machista determina sentidos de que o homem sempre pôde e pode desfrutar de ampla liberdade em seu espaço, pelo efeito do imaginário da força e da suposta superioridade masculina. Nesse cenário, faz ecoar a imagem do feminino voltada para o cuidado e a afetividade, bem como ao “dever de maternidade, que completa sua feminilidade” conforme elucida Perrot (2019, p. 47).

Segundo Pêcheux (2014b [1969], p. 82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” No entanto, as mulheres, ao longo do tempo, resistiram e resistem a tais discursos em meio a embates históricos e movimentos contra a dominação masculina.

No que tange à emergência da mulher na polícia brasileira, Soares e Musumeci (2005) asseveram que, sua inserção aconteceu, primeiramente, no estado de São Paulo, em maio de 1955, com o corpo feminino de guardas civis. As autoras acrescentam que, nos demais estados do Brasil, o ingresso feminino nas carreiras militares aconteceu no final dos anos 1970, principalmente no início dos anos 1980. Para tanto, a missão do policiamento feminino era de caráter assistencialista, ou seja, para lidar com crianças abandonadas, menores infratores, idosos e com outras mulheres, pois a polícia masculina, alicerçada nos pilares da repressão, estava tendo dificuldades em atuar com esses públicos.

Convém ressaltar que a polícia brasileira é apresentada no art.º 144 da Constituição Federal do Brasil (CF), de 1988, em várias divisões, a exemplo, a militar, federal, rodoviária, entre

outras. É, dessa forma, descrita na CF como órgão responsável pela segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidades de todos para a manutenção da ordem pública. Aliado a isso, Costa (2014, p. 101) argumenta que “a história da instituição policial está ligada à história da formação das cidades”, remetendo, portanto, à noção de que a emergência da polícia na esfera social teve como objetivo principal a conservação da disciplina e da lei nas relações cotidianas da vida em sociedade.

Nessa conjuntura, surge, na atualidade, o contradiscurso com o dito “**lugar de mulher é onde ela quiser**”, com larga circulação nas mídias digitais e redes sociais. Assim, a mulher passou a ocupar espaços antes restritos a elas e considerados apenas masculinos, como as carreiras policiais e da Marinha do Brasil. Nesse cenário histórico, percebe-se que as mulheres precisaram lutar contra a suposta superioridade masculina, a fim de ocuparem espaços fora do ambiente doméstico e conquistarem lugares sociais antes restritamente exercidos pelos homens, como é o caso daqueles pertencentes às carreiras militares.

Desse modo, a movimentação do sujeito é determinada por práticas discursivas instauradas em uma conjuntura social dada, como endossam Grigoletto e De Nardi (2013), ao pontuarem que os lugares sociais assumidos pelos sujeitos, em uma sociedade, já são determinados por condições histórico-ideológicas específicas. Assim, o sujeito discursivo sofre determinações ideológicas do espaço social ocupado. Todavia, as autoras ressaltam que, esses lugares, mais fixos quando se manifestam de forma empírica, podem sofrer deslocamentos e atualizações ao serem incorporados no processo discursivo.

Tais premissas histórico-ideológicas, no que tange, em especial, ao lugar social destinado às mulheres, estão pautadas no modelo social do século XIX, advindas da formação discursiva (FD) patriarcal, conforme aponta Dombkowitsch (2017), considerando que era negada às

mulheres a participação em cursos profissionalizantes, assim como técnicos e universitários. A autora demarca dois pontos históricos que delimitavam os lugares sociais que as mulheres podiam ocupar com e sem formação profissional no século XIX, como postos a seguir:

A formação profissional permitida às mulheres com acesso à formação era de: professora primária e enfermeira. As mulheres sem acesso à formação estavam destinadas a desempenhar funções de: operárias, domésticas, costureiras, lavadeiras, passadeiras, datilógrafas, telefonistas, dentre outras. As mulheres foram reservadas apenas as funções de assistência, nunca de direção e de chefia, cargos estes ocupados majoritariamente por homens, uma vez que a vocação primária das mulheres era a de ser mãe-esposa-dona-de-casa. Ainda na contemporaneidade, este modelo social permanece enraizado nos mais diversos campos sociais, regendo a vida das mulheres. (Dombkowitsch, 2017, p. 103).

Em consequência disso, os lugares ocupados pelas mulheres são tradicionalmente associados ao imaginário feminino, considerando-as aptas para as funções do cuidado, humanidade e delicadeza, entre outras. Tal imaginário sofre determinações ideológicas da formação discursiva machista. Contudo, sob o jogo de forças da memória, instauram-se a equivocidade e a resistência a esses sentidos, e a mulher busca conquistar seu espaço em lugares que antes lhes foram negados histórica e socialmente.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nessa conjuntura da construção histórica do imaginário feminino, pretendemos neste artigo, especificamente, analisar discursivamente a emergência da mulher na polícia como acontecimento discursivo, considerando o conjunto de funções atribuídas à mulher enquanto sujeito simbólico e histórico-discursivo, em funcionamento nas mídias e redes digitais. Para tanto, respaldamo-nos, teoricamente, nos escopos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana. Especificamente, mobilizamos as noções conceituais de acontecimento discursivo, interdiscurso e memória discursiva, formações imaginárias¹, formação discursiva e posição-sujeito.

1. Na introdução já mencionamos a noção de formações imaginárias a partir de Pêcheux. Todavia, o conceito sobredito será retomado com mais afinco na seção de análise.

A noção de acontecimento discursivo corresponde a um dos eixos centrais dos estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux (2020), o qual afirma que sempre haverá um jogo de força da memória que busca manter a regularização de uma estrutura já pré-existente. Entretanto, o jogo de força também visa desregular e perturbar a rede dos pré-construídos sob o efeito do interdiscurso. Nossa hipótese é a de que a emergência do sujeito mulher policial, na polícia e na Marinha brasileira, produz uma desregulação nas redes de sentido da memória discursiva machista e militarista, instaurando a perturbação dos pré-construídos inscritos no interdiscurso. Conforme Pêcheux (2014a, p. 158), o pré-construído é da ordem do “que todo mundo sabe”.

Da mesma forma que o acontecimento discursivo, a concepção de posição-sujeito também funciona indissociavelmente dos pré-construídos e das formações discursivas (FD). Para Pêcheux (2014a, p. 160), a tomada de posição não pode ser considerada como um “ato originário” do sujeito-falante; em vez disso, deve considerá-la como o resultado da determinação do funcionamento do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar.

Courtine (2014) elucida que uma posição de sujeito é concebida como uma relação específica que é estabelecida em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma determinada FD. Ele acrescenta que essa relação é caracterizada como uma relação de identificação, com modalidades diversas e produzem distintos efeitos-sujeito no discurso inscrito no interior de uma conjuntura social dada. Ainda para o autor sobredito, descrever as várias posições de sujeito inscritas em uma FD está intrinsecamente relacionada com o domínio de descrição da forma-sujeito.

À luz dessa narrativa, uma posição-sujeito é entendida “como um constructo teórico, representando, no processo discursivo, os ‘lugares’ ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma

formação social”, conforme assevera Cazarin (2005, p. 4). Em outros termos, os sujeitos se constituem a partir da identificação com os saberes de uma dada FD, sob o jogo de relações com a memória e com a ideologia.

Considerando o exposto, as concepções conceituais apresentadas neste estudo estão intrinsecamente interligadas e serão mobilizadas nas dinâmicas que envolvem a análise entre descrição e interpretação. Desse modo, buscamos analisar as formações discursivas inscritas no *corpus*, as quais determinam “aquilo que, numa formação ideológica dada [...] determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.” (Pêcheux, 2014a, p. 147, *grifos do autor*).

Em consequência disso, a memória, na AD, funciona sempre em movimento no jogo das relações de força, considerando que, conforme Pêcheux (2020, p. 53), a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Nesse cenário, a memória é dinâmica e move-se constantemente de acordo com as determinações históricas e ideológicas, considerando as relações de força e os conflitos para a constituição dos sujeitos afetados pela ideologia.

Dito isso, o *corpus* discursivo deste estudo é composto de três sequências discursivas (SD), extraídas de um arquivo de materialidades digitais relacionadas à questão do sujeito mulher na polícia e na Marinha do Brasil. Para Pêcheux (2014c, p. 59), a noção de arquivo refere-se a um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Nessa direção, a construção do *corpus* discursivo não é algo estanque, pois não está fechada em si. Courtine (2014,

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

p. 115, grifos do autor) endossa que o *corpus* discursivo é “*um conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise”.

Desse modo, a construção do *corpus* perpassa por várias etapas, por exemplo, faz recortes, retoma conceitos e noções, em constantes batimentos entre teoria e os gestos de interpretação, conforme os objetivos propostos. Nessa perspectiva, Orlandi (1984, p. 14) assevera que “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Nessa direção, a primeira SD foi retirada do site institucional da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; a segunda do site Defesa em Foco e a terceira, do perfil do *Facebook*², da Senadora Zenaide³ (PROS). Para tanto, a coleta dos dados se deu pela captura de tela realizada através do aplicativo *Lightshot*. Para Paveau (2021), as capturas de tela devem ser consideradas como fruto da subjetividade do analista e, portanto, devemos considerá-las como dados subjetivos.

Entendemos também, com base em Orlandi (2020) que a construção do *corpus* já se configura como gestos de interpretação. Desse modo, a constituição do arquivo e do *corpus* discursivo, no escopo teórico-metodológico da AD, está interligada aos gestos analíticos, que se dão em constantes idas e vindas, sob a tensão do batimento descrição/interpretação, conforme as perspectivas postuladas por Pêcheux (2015).

Diante disso, convém ressaltar que as condições de produção do digital também afetam os sentidos, sobretudo, pelo modo de circulação dos discursos. Conforme argumenta Orlandi (2001), há três momentos inseparáveis da produção discursiva: o da constituição, o da formulação e o da circulação, sendo que a construção dos sentidos se dá no interdiscurso, a formulação está relacionada com a escrita em si e a materialidade do discurso com a circulação.

2. O Facebook é um conglomerado estadunidense de tecnologia e mídia social com sede em Menlo Park, Califórnia. Foi fundado por Mark Zuckerberg, junto com seus colegas de quarto e alunos de Harvard, que eram Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, originalmente como TheFacebook.com - hoje *Facebook* é uma rede social global, sendo considerada como uma das cinco grandes empresas de tecnologia do mundo, juntamente com a Microsoft, Amazon, Apple e Google. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Meta_Platforms. Acessado em 7 de jun. 2023.

3. Zenaide Maia é uma senadora brasileira pertencente ao quadro político do estado do Rio Grande do Norte. Obtido em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5783>.

Nesse enredamento discursivo, no espaço da mídia digital, o discurso se manifesta em sua produção, por meio da circulação, como endossa Dias (2018). A autora pontua ainda que o campo digital formula, constitui e comporta nele mesmo um programa (de compartilhamento, postagens, comentários), entre outros. Assim sendo, o campo digital desempenha uma importante função para a produção discursiva na contemporaneidade, pois é por intermédio da circulação que as práticas discursivas ganham forma, tendo o espaço digital como lugar favorável e com características próprias para a disseminação de discurso e embates ideológicos.

Esses aspectos da constituição, da formulação e da circulação funcionam imbricados com o interdiscurso, sendo este, como elucidada Pêcheux (2014a, p. 149), o “todo complexo com dominante das formações discursivas, [...] ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas.” Assim, as imagens projetadas dos e sobre os sujeitos dentro de uma conjuntura social dada funcionam sob a égide dos efeitos do imaginário interligados com os já-ditos da memória instaurados nas condições de produção do discurso.

Vejamos, a seguir, tais reflexões nas tramas dos gestos analíticos.

2. GESTOS ANALÍTICOS

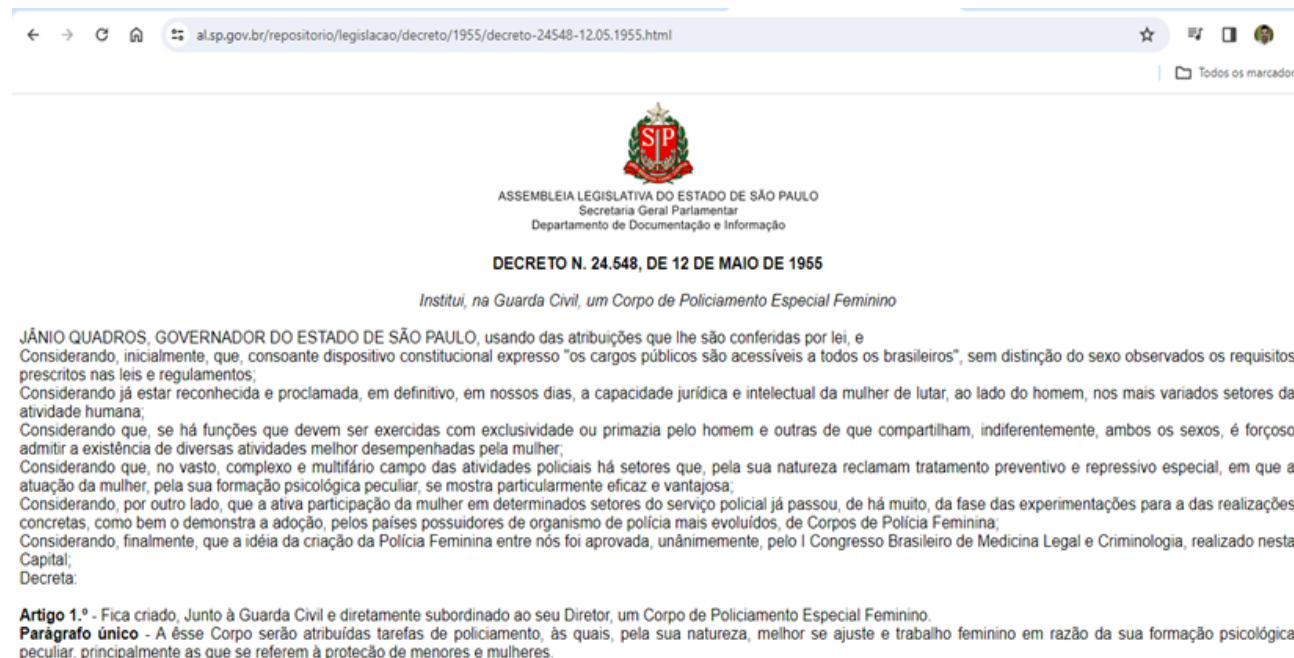
À luz dessa narrativa, nessa seção, serão apresentadas as análises sobre os discursos instaurados nas mídias digitais acerca da emergência da mulher na polícia e na Marinha do Brasil. Por meio dessa abordagem, buscamos compreender os discursos relacionados com a presença feminina nas carreiras policiais e na Marinha do Brasil, analisando as projeções imaginárias e os discursos machistas predominantes e as formas de resistência emergentes nesse espaço.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Nesse caminho, a título de ilustração, expomos a captura de tela que faz menção ao decreto que instituiu, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino no Estado de São Paulo. Vale ressaltar que o trecho posto a seguir, o qual denominamos de sequência discursiva 1 (SD1), foi retirado diretamente do site da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Vejamos abaixo, a SD1:



The image is a screenshot of a web browser displaying the official website of the Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. The browser's address bar shows the URL: al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html. The page features the state's coat of arms at the top center, followed by the text: "ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO", "Secretaria Geral Parlamentar", and "Departamento de Documentação e Informação". Below this, the title of the document is "DECRETO N. 24.548, DE 12 DE MAIO DE 1955", with the subtitle "Institui, na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino". The main body of the text begins with "JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e Considerando, inicialmente, que, consoante dispositivo constitucional expresso 'os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros', sem distinção do sexo observados os requisitos prescritos nas leis e regulamentos; Considerando já estar reconhecida e proclamada, em definitivo, em nossos dias, a capacidade jurídica e intelectual da mulher de lutar, ao lado do homem, nos mais variados setores da atividade humana; Considerando que, se há funções que devem ser exercidas com exclusividade ou primazia pelo homem e outras de que compartilham, indiferentemente, ambos os sexos, é forçoso admitir a existência de diversas atividades melhor desempenhadas pela mulher; Considerando que, no vasto, complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que, pela sua natureza reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, em que a atuação da mulher, pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa; Considerando, por outro lado, que a ativa participação da mulher em determinados setores do serviço policial já passou, de há muito, da fase das experimentações para a das realizações concretas, como bem o demonstra a adoção, pelos países possuidores de organismo de polícia mais evoluídos, de Corpos de Polícia Feminina; Considerando, finalmente, que a idéia da criação da Polícia Feminina entre nós foi aprovada, unânimemente, pelo I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, realizado nesta Capital; Decreta: Artigo 1.º - Fica criado, Junto à Guarda Civil e diretamente subordinado ao seu Diretor, um Corpo de Policiamento Especial Feminino. Parágrafo único - A êsse Corpo serão atribuídas tarefas de policiamento, às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste e trabalho feminino em razão da sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres."

Figura 1 - Sequência discursiva 1 (SD1)

Fonte - Site da Assembleia Legislativa de São Paulo⁴

4. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24548-12.05.1955.html>. Acessado em 13 de jan. de 2023.

A SD1 é composta pelo Decreto n.º 24.548, de 12 de maio de 1955, data de criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino de São Paulo, assim como pelo artigo 1.º – parágrafo único – o qual destaca as principais atribuições para o policiamento feminino. Tal acontecimento – 12 de maio de 1955 – tornou-se histórico devido ao seu impacto na sociedade brasileira.

Conforme Le Goff (1996), um acontecimento histórico refere-se a um evento que, devido à sua importância como um acontecimento mundial, é lembrado e inserido na história, tornando-se parte da narrativa do passado de uma sociedade, assim como relatado pela ciência histórica.

Todavia, a data de inauguração de ingresso da mulher na polícia brasileira, além de ser considerado um acontecimento histórico, pode também ser um acontecimento discursivo, visto que o evento de **12 de maio de 1955** configura -se como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2015, p. 16) e instaura novas discursividades. O acontecimento discursivo, segundo Pêcheux (2020), produz a desregulação dos sentidos pelo choque do acontecimento que perturba a memória; desse modo, esse funcionamento discursivo pode ser percebido quando se instaura o decreto supracitado (SD1), ou seja, houve perturbações na memória dos discursos machista e militarista, pois, antes disso, a polícia não era lugar de mulher, mas apenas de homens.

Para Zoppi-Fontana (1997), o acontecimento discursivo se materializa na ruptura das práticas discursivas ao ser transformado por um ritual enunciativo que instaura mudanças sociais, ao passo que novos discursos reconfiguram o processo de produção do real-histórico. Assim acontece com a entrada da mulher no policiamento feminino, tendo em vista que o choque da memória militar, que visa a proteção da sociedade contra o crime e o perigo, será abalado pela memória construída sobre a feminilidade - de fragilidade e delicadeza - visão essa que compreende que a mulher precisa de proteção, a qual, ao ocupar lugar social de protetora, rompe, afeta e desregula a memória do patriarcalismo.

Assim, observamos que o acontecimento discursivo tem relação direta com o entrecruzamento entre uma memória e a sua atualização, possibilitando a perturbação e o rompimento com os dizeres já estabilizados, ao tempo em que faz irromper novos dizeres e sentidos, já que

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

a memória passa a se reorganizar, tendo em vista a filiação dos sentidos aos saberes de outras formações discursivas, a exemplo da inserção da mulher em ambientes policiais e das Forças Armadas, antes considerados como lugares de força masculina.

Assim, o acontecimento discursivo consegue abalar uma série de sentidos machistas e instaurar outros sentidos na construção do sujeito mulher, cujo imaginário, antes constituído de sentidos como afetividade, sensibilidade, beleza e delicadeza, também passa a significar um ser dotado de inteligência, força, capacidade e competência profissional para atuar em qualquer esfera da sociedade, a exemplo da organização institucional da polícia.

Cabe destacar que, apesar da emergência da mulher no policiamento feminino configurar o acontecimento como desestabilizador do imaginário militar como lugar de força e virilidade, a qual é entendida não somente “como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência” como afirma Bourdieu (2020, p. 88). Contudo, as mulheres, no início, não assumiram as funções consideradas perigosas, sendo permitidas a atuarem apenas em atividades próximas às tarefas domésticas, mantendo o ideal de feminilidade (Ferreira e Alvarez, 2021). Similarmente, Muniz (1999) pontua a existência do discurso de suposta inadequação das mulheres para as tarefas de policiamento consideradas mais violentas, resultando, assim, no remanejamento delas para as atividades burocráticas, distanciando-as das funções executadas na rua.

Entretanto, Soares e Musumeci (2005) elucidam que a emergência da mulher na polícia brasileira não aconteceu somente por mobilização de movimentos sociais, mas que, possivelmente, a inclusão da mulher no contingente policial feminino teve origem em motivações internas às próprias polícias militares, associadas à intenção de “humanizar” a imagem da polícia, a qual era intensamente associada à ditadura.

Para ilustrarmos, apresentamos o excerto do Artigo 1.º, transcrito, a seguir, de forma integral:

Artigo 1.º - Fica criado, Junto à Guarda Civil e diretamente subordinado ao seu Diretor, um Corpo de Policiamento Especial Feminino.

Parágrafo único - A esse Corpo serão atribuídas tarefas de policiamento, às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste ao trabalho feminino em razão da sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres. (Grifos nossos).

Assim, o discurso inscrito no Artigo 1.º – parágrafo único – do Decreto n.º 24. 548, da SD1, filia-se à formação discursiva jurídica e sofre determinações ideológicas da FD machista e militarista, já que busca estabilizar o imaginário da mulher como um sujeito frágil, por isso as tarefas de policiamento feminino são descritas de acordo com uma suposta natureza e formação psicológica singular, a exemplo das atividades que envolvem o cuidado e a proteção de menores e outras mulheres. Sob determinações da FD machista, o discurso funciona com efeitos de justificativa da dominação do homem, que impõe a (de)limitação dos espaços que a mulher deve ocupar socialmente/profissionalmente, pelas determinações ideológicas das FD, cuja memória instaura as formações imaginárias. Orlandi esclarece que

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso (Orlandi, 2020, p. 38).

No caso da emergência da mulher na polícia, o imaginário feminino de suposta fragilidade determina as posições-sujeito de limitação/restricção do que a mulher pode ou não fazer na atividade policial, uma vez inserida nesse espaço. Ou seja, embora haja a perturbação da memória do discurso machista, há um jogo de forças que busca impor as determinações ideológicas funcionando para limitar o espaço da mulher, ao entrar na instituição policial.

Ademais, como já salientado, no **Parágrafo único - Artigo 1.º, do Decreto n.º 24. 548 (SD1)**, temos o atravessamento do discurso jurídico que determina sentidos da missão do policiamento feminino, o qual passaria a atuar, também, como um cartão de visita, em que a instituição militar visaria a uma reforma cosmética, mas sem mudanças de padrões, que sinalizassem modernização, ou seja, visava apenas a “áreas particularmente sensíveis para a imagem social da PM”, conforme argumentam Soares e Musumeci (2005, p. 18).

Assim, na SD1 funciona uma trama discursiva com sentidos filiados às FDs machista, militarista e jurídica, portanto há uma aliança entre essas FD. Tais sentidos sofrem efeitos da formação imaginária acerca da mulher e da natureza feminina, um imaginário historicamente construído com sentidos de fragilidade e dependência da masculinidade. Isso pode ser percebido na atribuição de funções de policiamento que supostamente são inerentes à mulher, tendo em vista que a criação do **Corpo de Policiamento Especial Feminino**, desmembrado dos demais integrantes da Guarda Civil, propõe uma distinção de função na realização das tarefas de policiamento baseada no sexo.

Assim, o fato de o Corpo de Policiamento Especial Feminino ser subordinado diretamente ao Diretor da Guarda Civil, ou seja, a um homem, mostra o funcionamento de uma posição-sujeito de restrição às possibilidades de atuação profissional das mulheres, delimitando um lugar social de submissão para elas, enquanto os homens são designados para as posições de lideranças, como instaurado no Artigo 1.º, SD1, ao passo que reforça os sentidos de desigualdade de gênero.

Vejamos, a seguir, a sequência discursiva dois (SD2):

Figura 2 - Sequência discursiva 2 (SD2)

Fonte - Site Defesa em Foco⁵

5. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/mulher-na-marinha-conheca-os-40-anos-de-historia/>. Acessado em 13 de jan. de 2023.



defesaemfoco.com.br/mulher-na-marinha-conheca-os-40-anos-de-historia/

DEFESA EM FOCO

segurança pública

Mulher na Marinha – Conheça os 40 anos de sua história

Por Marcelo Barros - 8 de março de 2020 12:00



Mulher na Marinha

A História do Brasil é marcada pelo patriotismo e a coragem de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, em 7 de julho de 1980, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira.

eventos



assine nossa newsletter

PT

6. Primeiro parágrafo de uma reportagem.

A SD2 é composta pela imagem ilustrativa, seguida do *lead*⁶ da reportagem acerca do ingresso da mulher na Marinha do Brasil. A escolha do primeiro parágrafo se deu, não somente, porque desempenha a função de apresentar o tema principal da reportagem, mas também

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

devido a inscrições do político, histórico e ideológico. Ademais, nosso objetivo não é discutir a pesquisa em exaustão, mas produzir reflexões sobre questões relevantes na sociedade brasileira atual, como a emergência feminina nas carreiras policiais e militares.

A matéria foi publicada no site Defesa em Foco, como transcrito, a seguir, na íntegra:

A História do Brasil é marcada pelo **patriotismo** e a **coragem** de mulheres que sacrificaram a vida pelo País. Côncio desse trabalho silencioso, o então Ministro de Estado da Marinha, Almirante de Esquadra MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e, em **7 de julho de 1980**, foi promulgada a Lei nº 6.807, tornando a Marinha pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas. Nascia, assim, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, formado pelo Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais (QAFO) e pelo Quadro Auxiliar Feminino de Praças (QAFP). O ingresso da mulher na Marinha constituiu um marco de grande repercussão na sociedade brasileira. (**grifos nossos**)

No Brasil, como inscrito na SD2, o marco inicial da inserção das mulheres na Marinha foi em **7 de julho de 1980**. Diante disso, a formulação – **7 de julho de 1980** – data de ingresso da mulher na Marinha do Brasil, assim como na SD1, na SD2 funciona como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, conforme Pêcheux (2015), sendo primeiramente um acontecimento histórico, mas se configurando como acontecimento discursivo por perturbar os sentidos já ditos, segundo os quais a Marinha, até então, era um ambiente exclusivo para os homens, ao passo que na data histórica, há a desregulação dos sentidos pelo choque do acontecimento e desestrutura da memória em que o acontecimento nunca cessa de produzir sentidos, como postula Pêcheux (2020).

Ademais, a postagem digital (no ano de 2020), em um site institucional, no caso, – Defesa em Foco, ao rememorar os 40 anos da inserção da mulher na Marinha, produz efeitos discursivos pelo acontecimento histórico e também instaura o acontecimento discursivo, com efeitos de memória de empoderamento da mulher, na rede midiática. A publicação produz a

movimentação dos sentidos e das posições-sujeito, instaura a desregularização da memória (Pêcheux, 2020), pois instaura novos sentidos sobre o lugar social da mulher.

Além disso, a data de publicação da postagem celebrando os quarenta anos de ingresso feminino na Marinha, na SD2, foi postada no dia 8 de março de 2020. Assim, esse marco significativo é rememorado em outra data simbólica: 8 de março, Dia internacional da Mulher. Desse modo, o acontecimento discursivo atualiza e rememora/comemora o fato de a mulher ter sido inserida na memória das Forças Armadas, ambiente antes exclusivamente masculino, em uma data também significativa. Assim, a inscrição discursiva, na SD2, “constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido pelo jogo do interdiscurso”, como explana Orlandi (2017, p. 55).

De acordo com Courtine (2014), a rememoração e a comemoração são dois caminhos distintos, mas indissociáveis, e que devem ser seguidos para a compreensão da relação entre memória e discurso no interior de uma formação discursiva. Para ele, na rememoração, a memória discursiva toma forma na repetição intrincada com o interdiscurso, dando ênfase em conquistas históricas individuais. Por sua vez, a comemoração funciona associada ao intradiscurso e se instaura na celebração de conquistas coletivas.

Já Venturini (2008) assevera que a rememoração funciona como memória relacionada ao discurso de comemoração, sendo sustentada pelo interdiscurso, através de pré-construídos, e a comemoração é tomada no eixo da formulação, tendo a celebração simbólica de um nome ou de um evento passado. Desse modo, com a emergência da mulher na polícia e nas Forças Armadas houve perturbação na memória discursiva, instaurando a desregulação nos sentidos do discurso machista e militarista, que funcionam em regime de aliança.

Nesse aspecto, a data de **7 de julho de 1980** instaura não somente a inauguração da presença

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

da mulher na Marinha, mas desregula os sentidos antes cristalizados da instituição permitir apenas homens na sua corporação, instaurando, portanto, o acontecimento discursivo que se torna um ato político, “para além da ‘intenção’ declarada de seus participantes.” (Orlandi, 2017, p. 55).

No entanto, cabe ressaltar que o acontecimento funciona sob o jogo de forças da memória (Pêcheux, 2020), por isso, ainda percebemos a força da ideologia machista no atravessamento discursivo da SD2, visto que na reportagem, após destacar que “a História do Brasil é marcada pelo **patriotismo** e a **coragem** de mulheres que sacrificaram a vida pelo País”, dá um salto direto para a informação – grafada em caixa-alta – que foi um **homem**, o Almirante de Esquadra **MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA**, quem propôs a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Dado o exposto, o nome do Almirante apresentado em destaque (caixa-alta) faz funcionar o efeito de apagamento dos movimentos de luta das mulheres pelas conquistas de espaços e protagonismo sociais, assim como traz um efeito de dependência, antagonismo, ou que foi pela permissão de um homem que ocorreu, diminui a importância da celebração à mulher, temos, assim, determinações ideológicas da memória inscrita na formação discursiva machista.

Segundo Orlandi (2005), na perspectiva do sentido, o que determina as dimensões e a extensão do dizer não é a frase ou o texto em si, mas a relação com a memória. Assim, o significante em maiúsculas carrega uma memória de sentidos de hierarquização social nas relações humanas. Portanto, o nome do Almirante sobredito, grafado em caixa-alta, materializa sentidos de poder, e assim fornece elementos para a compreensão do político e do ideológico materializado na e pela língua. Todavia, convém ressaltar que a materialidade linguística não é “nem abstrata, nem concreta, nem empírica (Orlandi, 2020, p. 74), é matéria simbólica.

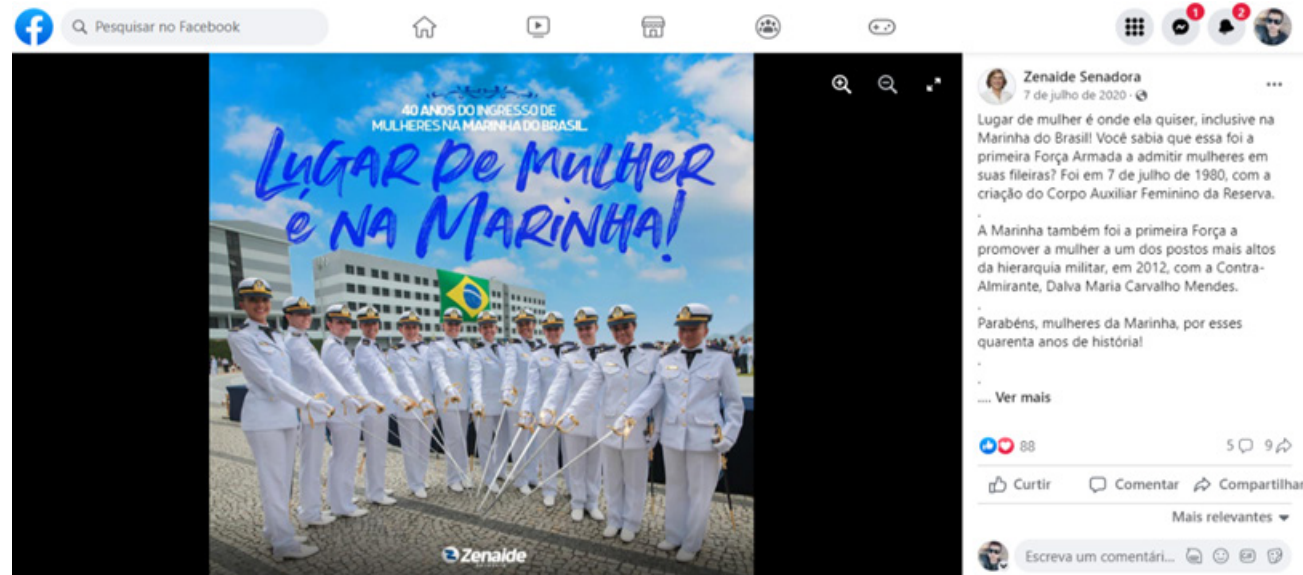
Associado ao mencionado acima, a grafia do nome do Almirante, em caixa-alta, faz funcionar a corpografia digital, conforme assevera Dias (2008, p. 20): “o que define particularmente a corpografia é que ela não representa nem imita uma emoção, mas ela cria essa emoção, nas condições de produção muito específicas do uso do computador”. Frente a isso, a corpografia determina uma maneira particular de produzir sentidos nas mídias digitais, dando destaque ao Almirante como no site institucional das Forças Armadas – Defesa em Foco.

Vejamos, a seguir, a SD3, que emergiu a partir de uma postagem, da senadora da república Zenaide, publicada na sua conta oficial no Facebook. Nela, a política aborda sobre a inclusão da mulher na Marinha do Brasil, colocando em evidência questões relacionadas com a atuação profissional feminina em espaços antes ocupados apenas por homens, a exemplo das carreiras policiais e militares.

Figura 3 - Sequência discursiva 3 (SD3)

Fonte - Perfil no Facebook da Zenaide Senadora⁷

7. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2621758951399710&set=lugar-de-mulher-%C3%A9-onde-ela-quiser-inclusive-na-marinha-do-brasil-voc%C3%AA-sabia-que->. Acessado em: 13 de jan. 2023.



Na SD3, a formulação linguística “**lugar de mulher é na Marinha**” vem desregular o implícito, por meio de um jogo metafórico com o dito “**lugar de mulher é na cozinha**”, amplamente repetido no interdiscurso machista, bem como o jogo de força dos embates ideológicos entre os dois ditos instaura o acontecimento discursivo, pois ele pressupõe “a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que este dizer encerra” (Dela-Silva, 2009, p. 4).

Na legenda da publicação, da SD3, há a formulação verbal “**Lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha do Brasil!**”. Nela, funciona a posição-sujeito em defesa do protagonismo e autonomia das mulheres na escolha de suas ocupações profissionais em diversos espaços da sociedade. Associado a isso, o uso do sinal de pontuação exclamativo produz efeito de ênfase e de intensidade à declaração. Já a palavra “**inclusive**” exerce a função de inclusão e de adição para destacar uma das muitas possibilidades de atuação profissional feminina em instituições tradicionalmente masculinas, como a Marinha do Brasil. Para além disso, a materialidade linguística “**inclusive**” (SD3), também denuncia uma exclusão histórica da mulher na marinha, posto que somente após muitos anos de lutas, este espaço se tornou acessível à mulher. Ou seja, produz sentidos de uma transformação social para as mulheres que enfrentaram desafios de barreiras históricas profissionais.

Nesse sentido, o excerto “**Lugar de mulher é na Marinha e onde ela quiser**” produz efeito de sentido discursivo de empoderamento feminino e liberdade de escolha, buscando a igualdade e inclusão. Convém acrescentar que a ideologia patriarcal determina a ampla acessibilidade para os homens às atividades profissionais e de delimitação às mulheres, concentrando-se em atividades apenas domésticas. Desse modo, para Sousa e Guedes (2016), a distribuição das tarefas entre os sexos, por um lado, é resultado da atribuição do cuidado do lar para as mulheres que, muitas vezes, não eram valorizadas socialmente, e, por outro lado, da produção material

8. É na exterioridade discursiva e na sua relação com os pré-construídos que residem os implícitos “ausentes por sua presença”, conforme assevera Pêcheux (2020, p. 48). Nessa direção, Paul Henry (2014) argumenta que o pré-construído determina a constituição do discurso, a partir de uma construção histórica materializada no interdiscurso e nas relações com o “sempre-já-lá da linguagem”, no já-dito antes em outro lugar, pois o interdiscurso fornece a matéria-prima para a formação discursiva.

sempre atribuída aos homens, sendo uma função que lhes conferia poder dentro da esfera social de sua inserção. Tais sentidos são pré-construídos⁸ do interdiscurso que buscam estabilizar as determinações ideológicas do discurso machista sobre o sujeito mulher e seu lugar na sociedade.

Mas, cabe ressaltar que “não há dominação sem resistência”, como postula Pêcheux (2014a, p. 281). Desse modo, na SD3 funciona o contradiscurso com o dito “**lugar de mulher é na Marinha**”, discursivizado no *Facebook*, com uma posição-sujeito de defesa à liberdade profissional da mulher, a exemplo das carreiras policiais e militares. Nessa direção, na SD3 pode-se observar a instauração do funcionamento da metáfora discursiva, pois de acordo com Pêcheux (2014a, p. 240), “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos)”. Nesse sentido, na SD3 inscreve-se a metáfora com sentido de polissemia, visto que quando se diz que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Marinha, desregula e perturba o discurso machista, cujos sentidos impõem a delimitação do lugar de mulher, por exemplo, a cozinha, o ambiente doméstico ou qualquer espaço atribuído à mulher.

Nesse aspecto, na SD 3, vimos que as mídias digitais funcionam não somente como suporte para materialização e circulação de discursos, mas também como espaço de práticas discursivas que colocam em movimento os sentidos e os sujeitos, pois é “constituído de opacidade e incompletude.” (Cortes, 2015, p. 36). Assim, no dito “lugar de mulher é na Marinha”, funciona o contradiscurso, pois “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento como um eco inesgotável” (Pêcheux (1983 [2015], p. 20) e, desse modo, a memória e os sentidos sobre o acontecimento da emergência da mulher nas Forças Armadas se movimentam na rede social *Facebook*.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Tanto na SD2 quanto na SD3 há a repetição da data de inserção da mulher na Marinha. Ambas destacam o pioneirismo da instituição sobre a emergência da mulher nas Forças Armadas do Brasil. Assim, tais repetições, dando ênfase à Marinha como pioneira ao admitir a mulher na instituição, desregula as estruturas das Forças Armadas que sempre tiveram e evidenciaram homens na sua corporação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das sequências discursivas analisadas mostraram que a emergência da mulher na polícia e na Marinha do Brasil instaura a perturbação e a desregulação da memória dos discursos machista e militarista, que funciona como um acontecimento discursivo, pois a mulher policial passa a ocupar nas instituições militares citadas as funções de Oficiais e Praças, assim como comanda Pelotões de Infantaria, entre outros, espaços antes reservados somente aos homens. Todavia, cabe ressaltar que ainda funcionam atravessamentos do discurso machista no que tange à entrada da mulher nas carreiras policiais e nas Forças Armadas. Isso é observado no discurso presente na SD1, assim como nas disposições do Artigo 1.º e parágrafo único, em que a instituição policial determina o lugar da mulher dentro do seu espaço. Esse discurso sofre efeitos do imaginário feminino de afetividade, delicadeza e docilidade e, desse modo, funciona a posição-sujeito de restrição das funções da mulher à proteção de menores e de outras mulheres.

Além disso, na SD2, por exemplo, o nome do Almirante, MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA, aparece em caixa-alta, destacando-o, reforçando essa visão ideológica de superioridade masculina. São sentidos filiados à formação discursiva machista que busca restringir e delimitar as funções do policiamento feminino.

No discurso da SD3 ao defender que “**lugar de mulher é na Marinha**” também questionam e refutam os sentidos já ditos para a carreira militar, a qual é construída discursivamente como uma profissão perigosa, que exige força e virilidade, sendo, portanto, um espaço social incabível ao sujeito mulher. Desse modo, o acontecimento discursivo funciona sob o choque da memória de um exterior determinado que incide sobre os imaginários feminino e militar. Além disso, no dito “lugar de mulher é na Marinha”, a polissemia se instaura pela substituição de cozinha por Marinha.

Nessa perspectiva, nas materialidades significantes apresentadas (SDs 1 a 3) instaura-se o acontecimento discursivo, considerando que as carreiras policiais e militares eram ocupadas, até então, somente por homens; com a inserção da mulher, novos sentidos são instaurados para o imaginário feminino, antes construído historicamente como “sexo frágil” e delicado.

Assim, a emergência da mulher na polícia e nas Forças Armadas afeta tanto o imaginário feminino quanto o militar, associado às projeções imaginárias de masculinidade, força e virilidade. Nesse sentido, a inserção da mulher no policiamento afetou os discursos cristalizados de força para o homem e de fraqueza para a mulher. Em outras palavras, há ruptura e choque das memórias machista e militarista com o ingresso da mulher na polícia e nas Forças Armadas, configurando-se, assim, como um acontecimento discursivo.

Ademais, ao ocupar o espaço das redes sociais e digitais, o sujeito mulher policial ganha visibilidade, pois essas redes também passam a funcionar como uma rede discursiva de resistência ao discurso machista e militarista. As mídias digitais são, portanto, espaços discursivos de confrontos ideológicos, que fazem circular tanto os sentidos já ditos com efeitos parafrásticos, quanto os sentidos polissêmicos, pelo jogo das diferenças, da equivocidade e da resistência, pela deriva de sentidos nos furos das redes.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. Obtido de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Bourdieu, P. (2020). *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cazarin, A. E. (2005). A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. In *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Obtido de <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/ErciliaAnaCazarin.pdf>.

Cortes, G. R. O. (2015). *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco.

Costa, G. C. (2014). *Sentidos de milícia: entre a lei o crime*. Campinas: Unicamp.

Courtine, J. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar.

Dela-Silva, C. S. (2009). Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. *IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Porto Alegre, RS.

Dias, C. (2008). *Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital*. Santa Maria: UFSM/PPGL.

_____(2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes Editores.

Dombkowitsch, L. A. (2017) *Corpos precários: discurso jurídico e a diferencial distribuição da precariedade na vida das mulheres trabalhadoras* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ferreira, G. & Alvarez, P. (2021). Mulheres que vestem farda: Corpos “modelados” pelas letras da Lei. *Redis: revista de estudos do discurso*, n. 10, p. 151-179. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/10939/10013>.

Grigoletto, E. & Nardi, F. S. D. (2013). Identificação, memória e figuras identitárias: a tensão entre a cristalização e o deslocamento de lugares sociais. *Gragoatá*, v. 18, n. 34, 6 jul. 2013. Obtido de <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32967>.

ARTIGO RECEBIDO A

05/03/2024

ARTIGO APROVADO A

23/05/2024

Henry, P. (2014). Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (5a Ed.) (pp. 11-38). Campinas: Editora da Unicamp.

Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp.

Muniz, J. (1999). *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro* [Tese de Doutorado]. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Orlandi, E. P. (1984). Segmentar ou recortar? *Série Estudos*. Linguística: Questões e Controvérsias, n 10. Uberaba-MG: Fiube, p. 9-26.

_____(2001). Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In Guimarães, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes Editores.

_____(2005) Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. In *Texto e Discurso, formulação e circulação dos sentidos* (pp. 109-126). Campinas, SP: Pontes Editores.

_____(2017). Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In Orlandi, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia* (3a Ed.) (pp. 55-67). Campinas: Pontes Editores.

_____(2020). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (13a Ed.). Campinas: Pontes Editores.

Paveau, M. (2021). Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas. In Lourenço, J.; Baronas, R. L. (Orgs.) *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* (pp. 29-37). Campinas: Pontes Editores.

Pêcheux, M. (2014a). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani (5a Ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

_____(2014b). Análise automática do discurso (AAD69). In Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (5a Ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

_____(2014c). Ler o arquivo hoje. In Orlandi, E. P. (Org.) *Gestos de leitura* (pp. 57-67). Campinas: Editora da Unicamp.

_____(2015). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi (7a Ed.). Campinas: Pontes Editores.

SANTANA, CREMILTON DE SOUZA & CORTES, GERENICE RIBEIRO DE OLIVEIRA; *A emergência da mulher nas carreiras policiais como acontecimento: entre os já ditos machistas e os confrontos discursivos nas mídias digitais / The emergence of women in police careers as an event: between machismo narratives and discursive confrontations in digital media*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 165-191

Pêcheux, M. (2020). Papel da memória. In Achard, P., Davallon, J., Durand, J., Pêcheux, M. & Orlandi, E. P. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes (5a Ed.) (pp. 45-53). Campinas: Pontes Editores.

Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. São Paulo, SP: Contexto.

Soares, B. M. & Musumeci, L. (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sousa, L. P. & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*. Obtido de <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfW-gp/?format=pdf&lang=pt>.

Venturini, M. C. (2008). *Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Maria.

Zoppi-Fontana, M. (1997). *Cidadãos modernos*. Campinas: Editora da Unicamp.

